

# Necessidade de Uma Nova Intuição na Produção Jurídico-Política: Arredamento da Mania Nacional de Copiar Modelos Estrangeiros

João Gaspar Rodrigues

Promotor de Justiça em Tabatinga. Autor dos livros: *O Ministério Público e um novo modelo de Estado* e *Tóxicos: abordagem crítica da Lei n. 6.368/76*. Pós-graduando em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Cândido Mendes/RJ.

Sumário: 1 – Introdução. 2 – A incapacidade produtiva do intelectual (jurista) brasileiro: causas. 3 – Vassalagem mental. 4 – Explicação razoável para a desprezível produção intelectual brasileira. 5 – Conclusão.

## 1. Introdução

Toda instituição supõe uma evolução histórica que lhe cria e incrusta mais ou menos caracteres próprios da civilização a que pertence. A tradição confere o temperamento e a força das instituições. Em geobotânica, sabe-se que não se transplanta uma muda de vegetal (mormente se já crescida) de um determinado tipo de solo para outro diferente, pois o risco de não “pegar” é enorme. Se uma planta não puder viver de acordo com a sua natureza, morre; e assim acontece com as instituições humanas.

Também em política é prova de estultícia importar institutos alienígenas historicamente desenvolvidos e crescidos, e implantar na estrutura política de outro país. É o maior erro que se pode cometer em política, o de copiar de sociedades diferentes instituições que cresceram...! Deambulam ainda em meu pensamento essas palavras do galomaníaco Joaquim Nabuco.

Pertence a Nabuco<sup>43</sup> a idéia de que “as instituições têm o seu *habitat* como as plantas, as suas latitudes e terreno próprios, condições especiais de aclimação, obstáculos e perigos de transplantação. Não basta que a reforma seja indicada pela experiência, baseada em uma forte verossimilhança; é preciso que tenha afinidade com as outras instituições”. Uma das poucas idéias que se salva de Joaquim Nabuco, no mais não passou de um papagaio dos modismos franceses e ingleses da época em que viveu. Jactava-se de pensar em francês, imagine só!

É óbvio que não se pode confundir a importação pura e simples de modelos externos com o estudo comparativo entre o atual estágio de um povo com a civilização de outro que logrou êxito no governo civil e na harmonia social, onde os mecanismos políticos e sociais funcionam a contento. Este estudo comparativo é indispensável, e entre nós, Tobias Barreto, no século XIX, empreendeu uma verdadeira cruzada ao tentar divulgar a cultura política, filosófica e jurídica alemã. Entendia o sábio sergipano que, somente com os recursos intelectuais nativos, seria impossível sair do atraso em que patinhava o país. Buscou, com denodo e com coragem de mártir, pois que criticado e desdenhado por todos os lados (desdém que varou o século XIX, como demonstrarei em outra oportunidade), apreciar a nossa realidade pela objetiva (astronômica) da civilização alemã, indiscutivelmente mais avançada que a nossa ou a qualquer outra do antigo continente. Não incidiu, entretanto, no erro e mania nacionais de transplantar simplesmente modelos, insistiu, sim, no aprimoramento de nossas instituições e crenças a partir de um modelo reconhecidamente de sucesso: o alemão, buscando muito mais o *substratum* filosófico legitimante dos institutos que o arcabouço para vestir a nudez teórico-política de nossa frágil estrutura político-social. Buscou, enfim, introduzir no país o espírito alemão, vivaz e criativo. A lição do grande e saudoso mestre, infelizmente, se perdeu no tempo, pois a safra hodierna de escritores e ideólogos continua a fazer justamente o que Tobias mais criticou: adotar passiva e acriticamente cópias alienígenas.

43 Também é de Nabuco a idéia de que “as instituições têm o seu habitat como as plantas, as suas latitudes e terreno próprios, condições especiais de aclimação, obstáculos e perigos de transplantação. Não basta que a reforma seja indicada pela experiência, baseada em uma forte verossimilhança; é preciso que tenha afinidade com as outras instituições” (*Minha Formação*, p. 90). Uma das poucas idéias que se salva de Nabuco, no mais não passou de um papagaio dos modismos franceses e ingleses da época em que viveu. Jactava-se de pensar em francês, imagine só!

balho, a suportar a *ética dos fatos consumados*: a sobranceria de outros povos. Em nosso meio selvático, parece que nada se torna real e forte a não ser que repita um arquétipo. Aqui, a autoridade de um pensamento se adquire exclusivamente pela repetição.

Os homens apreciam verdades remotas e nós brasileiros elevamos tal apreço ao absurdo, a ponto de torcer o nariz ao pensamento genuinamente nacional, porque nos habituamos a colher o regurgitamento de outros povos, longe o suficiente para despertar em nós a reverência messiânica. Não louvamos um Manoel Bonfim, mas rendemo-las a um Alexis de Tocqueville, do outro lado do Atlântico; desconhecemos o fervoroso Tobias Barreto, mas acreditamos conhecer cada detalhe da obra de Hans Kelsen, rebento da gélida Áustria; a verdade é que nos orgulhamos de ter o maior rio do mundo em volume d'água, de ter os bosques mais belos e floridos, as praias mais belas e formosas, mas esquecemos de cantar a fauna humana que nos propiciou momentos de elevada beleza e criatividade.

A força de qualquer povo está nas mentes privilegiadas que impulsionaram o evoluir histórico e não nos fenômenos naturais que lhe cercam. Perder de vista tais engenhos humanos e suas obras é como ficar num meio de um temporal sem bússola nem carta de marear, prestes a ser tragado pelo indiferentismo. E como não temos um referencial doméstico, buscamos um estrangeiro!

O velho clichê de que os brasileiros não dão valor à cultura é uma mentira. Damos sim. Ocorre que este valor é emprestado à cultura de importação, já feita e embalada, não exigindo reiterados esforços de pesquisa e elaboração. E como não apreciamos o que é produzido com selo nacional, os fautores deste pensamento doméstico tendem a ter um fim inglório. Exemplos não faltam: Tobias Barreto, que em vida revolucionou o pensamento brasileiro, morreu como “pensionista da caridade pública”, cercado de inimigos; José de Alencar morreu chorando nos braços da mulher, lastimando a miséria em que deixava os seus, quando em vida tinha sido um dos maiores escritores da literatura nacional e ocupado cargos importantes na política nacional; Franklin Távora (autor da consagrada trilogia nordestina constituída pelos romances *O Cabeleira*, *O*

*Mulato e Lourenço*), chefe do naturalismo tradicionalista e campesino, escreveu em vida dois livros “História da Revolução de 1817” e “História da Revolução de 1824”, mas os lançou no fogo “num momento de desespero, quando, pouco antes de sua morte, se sentiu paupérrimo, desamparado, cheio de família e vilmente esquecido por amigos políticos a quem tinha assaz ajudado”.

Citei alguns exemplos, mas poderia ter enunciado muitos outros. E tudo isso serve para explicar o pouco ou quase nenhum estímulo que o estudioso nacional recebe para fortalecer sua vontade e persistir no exaustivo labor intelectual, sem despender tempo com outros afazeres lucrativos. Os exemplos alinhados são um triste retrato do passado e uma bem delineada representação do futuro, capazes de podar toda e qualquer iniciativa nobre no campo cultural nativo. Quase me arriscaria a dizer que a desprezível produção cultural no Brasil deve-se a esse conjunto de fatos históricos, não fosse os talentos individuais que brotam aqui e acolá (tanto no presente quanto no passado), apesar dos exemplos miserandos.

O Brasil é um país onde os heróis são incensados em turíbulo eterno, enquanto os sábios jazem no túmulo do esquecimento, quando não têm a sua obra perseguida e sua memória vilipendiada. Aqui para se obter sucesso é necessário saber disfarçar com perfeição a superioridade intelectual e a honestidade.

O que já foi dito e demonstrado me autoriza a afirmar sem receio dos críticos de plantão: não temos filósofos, sábios ou artistas criadores, ao invés, o que nos resta é uma plêiade vulgar de eruditos sem crítica, de acadêmicos letárgicos e de imitadores. Temos “aprendizes de feiticeiro, saturados de embriaguez verbal e de brumas dialéticas”. O verbocinante, como diz Bonfim, é o sábio. Na melhor das hipóteses, no caso específico da ciência jurídica, temos professores de Direito que repetem em suas fichas amareladas pelo tempo e o uso, o que já se conhece há muito tempo atrás (e por aí são humildes repetidores, não pensadores), não juristas, construtores permanentes de novas soluções a partir da realidade social cambiante.

A ninguém agrada a verdade pura e chocante (isso já sabiam os romanos quando diziam: *veritas odium parit, obsequium amicus* – a verdade faz inimigos, a lisonja, amigos), mormente se o seu objeto reside numa qualidade do nosso povo: a incapacidade criativa. Todavia, a alguém deve caber a ingrata tarefa de ser o arauto antipático dessa desagradável verdade de que não temos talentos criativos e que campeia à larga um certo eunuquismo intelectual. O que resta, repito, é uma exceção desprezível, que confirma a regra quase absoluta.

Vivemos numa atmosfera cultural opressiva, em que o ar da especulação, da pesquisa real, efetiva, não circula, e só aspiramos os miasmas do pensamento de outros povos, que em vez de oxigenarem o nosso tecido social, o paralisa, numa letargia trágica. Só resta averiguar a razão dessa dependência cultural, para, quem sabe talvez, detendo o conhecimento da causa etiológica, obtenha-se a cura mais prontamente, pois é sabido que a ciência da natureza e da causa dos males fornece o remédio.

Diante desse espírito simiesco arreigado em nosso meio cultural, não podemos nos furtar de enfileirar indagações, pois a melhor forma de obter respostas é indagando, considerando ainda que a pergunta bem formulada já traz metade da resposta. Façamo-las então: ¿O que acarreta esta imitação generalizada? ¿Não dispomos nós de uma história própria, que retrata todas as dificuldades que o nosso povo passou no vaivém dos séculos? ¿E se, positivamente, temos um passado histórico, por que continuamos a nos mover para o futuro de olho não no nosso, mas no passado histórico de outros povos? ¿Por que a tentativa de evitar os erros pretéritos cometidos por nossos antepassados com remendos feitos por outros povos? ¿Por que não aprendemos com os nossos próprios erros, procurando os nossos próprios acertos? ¿A memória histórica de que se diz que é falta o nosso povo deriva do modismo da *cópia* ou é-lhe o fator determinante?

Há um abismo que separa entre nós a *história objetivada* ou *instituída* (a história que se acumulou ao longo do tempo) e a *história atuante* ou *atuada* (a incorporação da prática histórica num hábito) que se traduz numa falta de atitude e aptidão dos diversos atores sociais para transformar a história instituída em ação histórica (*história atuante*) enriquecedora do presente e determinante para o futuro. Essa transformação só ocorre

quando a história objetivada é assumida por agentes cuja história a isso os predispõe e que, pelos seus investimentos anteriores, são dados a interessar-se pelo seu funcionamento e dotados das aptidões necessárias para a pôr a funcionar. Essa situação assemelha-se ao escrito que só escapa ao estado de letra morta e estéril pelo ato da leitura, que pressupõe uma atitude e uma aptidão para ler e decifrar o sentido nele constante. É um sentimento íntimo de atitude positiva de transformar em hábito uma herança histórica, que bem ou mal, foi deixada por nossos antepassados.

No seu curso, a história não acumula apenas coisas que podem ser vistas e tocadas: capitaliza valores, capitais invisíveis desse tipo: princípios morais, tradições religiosas, hábitos sociais, normas de boa-fé etc. A essa acumulação Giovanni Sartori (*A Política*, p. 122) denomina de *capital axiológico*. Muito bem. Cada povo, na sucessão incoercível das gerações, o que faz é administrar seu capital axiológico (independentemente da qualidade dos valores acumulados) herdado das gerações precedentes. Assim, os sistemas atuais, bons ou ruins, se alimentam dessa renda axiológica, que boa ou má, financia a vida presente. Tais sistemas só cairão por terra ou se enfraquecerão quando tiverem exaurido esta renda, sem fazê-la frutificar ou render. Ou ainda, o que é pior, se esquecerem ou derem pouca ou nenhuma importância a esses valores (capitais) acumulados, buscando empréstimos em fontes alheias.

O uso dos próprios meios axiológicos acumulados durante as gerações pretéritas diz o quanto de civilização temos em mãos. Lucidamente, aponta Sartori (ob. cit., p. 122) que “o viver de cada geração está condicionado pelo capital axiológico que recebeu do passado, e incide no seu capital axiológico em formação. A tal ponto que o melhor modo de *ver longe*, isto é, de avaliar a vitalidade e a solidez de uma civilização, é fazer seu balanço axiológico, verificando o consumo de capital estocado e a produção de novo capital”.

A relação que se estabelece entre o povo e sua história é uma *relação de posse* que implica a posse do possuidor (povo) por aquilo que ele possui (história). E todas as estruturas e institutos jurídico-políticos só se justificam e legitimam se fruto dessa relação social. A conseqüência disso retrata-se nas instituições ilegítimas ou em mecanismos insti-

tucionais ilegítimos e ineficazes, pois qualquer instituição só pode funcionar se for instituída, ao mesmo tempo, na objetividade do jogo social e nas atitudes que levam a entrar no jogo, a interessar-se por ele. ¿Como isso pode ocorrer se a instituição não é fruto da história do povo? As instituições não podem ser impostas (na verdade, qualquer tipo de imposição não se coaduna com o conceito de *instituição*) por um ato de transplante, mas devem ser historicamente produzidas e reproduzidas, “impondo-se” naturalmente como decorrência dessa (*re*)produção histórica.

Com acerto, assevera Jorge Miranda que “na evolução do Direito e na sua recepção e adaptação é essencial olhar, em cada caso, as estruturas e instituições sociais e mentais dos vários países. Não há Direito público ou privado que possa subsistir sem estar radicado no subsolo institucional da comunidade e este reage sempre com mais ou menos força sobre ele, incorporando-o ou tentando repeli-lo.

Muitos esquemas constitucionais, perfeitos em certo Estado, ao serem transplantados para outro Estado, revelam-se profundamente inadequados, por o novo meio social e cultural não estar preparado para os receber e exigir soluções bastante diversas. Mas, mesmo quando a recepção é possível ou conveniente, nem sempre se faz sem quebra de elementos essenciais e pode haver elementos de formas políticas e constitucionais preexistentes que venham afectar os elementos novos e implicar formas compósitas ou híbridas”<sup>45</sup>.

É duvidosa a eficácia de instituições copiadas, que ninguém concebeu em ventre próprio, nem quis (como imposição histórica e natural), cujos “pais” ou “responsáveis” aparentes não só não sabem dizer como se inventou a fórmula, como também se surpreendem que ela possa existir como existe, tão bem “adaptada” a fins nunca formulados expressamente pelos seus fundadores. É a experiência da organização jurídico-política de cada povo, produto de uma mentalidade e de um ambiente peculiares, que se cuida de recortar ao longo das várias vicissitudes (alternativas) históricas por que tenha passado. E é a partir daí que se busca delinear os traços dominantes atuais e as linhas de projeção prováveis para o futuro, condi-

45 *Manual de Direito Constitucional*, I/116-118.

cionado pelo estudo dos elementos políticos, econômicos, culturais e religiosos.

Fator que influencia negativamente na identificação histórica de um povo é a vontade política de uma cúpula governativa e toda sua burocracia que podem desfazer a lição moral da história, deixando de incorporá-la no hábito, na prática comum do povo, como projeto consciente e desonesto para manutenção de um domínio espoliativo e tirânico. A cúpula dirigente e toda a máquina burocrática não se contentam de estar imóveis; pretendem que o conservantismo se dissemine pela sociedade e seja adotado como padrão de comportamento, resultando numa perigosa e indesejável petrificação cultural, em que a vida deixa de ser uma evolução para ser uma repetição apenas, a fim de que se veja amanhã o que se vê hoje, e o que se viu ontem: o imobilismo (atraso) universal. E o processo de importação de idéias, de panurgismo desavergonhado, de heresias científicas e falsificações históricas são as vias usuais de impedir o avançar incoercível da história de um povo na estruturação de seus mecanismos de convivência social, enfim, de *desmemória-lo*.

Esta perda induzida da memória histórica é um dos mais conhecidos recursos para impedir a crítica e permitir a reincidência nos mesmos erros, dado que o povo que desconhece o seu passado está condenado a repeti-lo.

O que plasma uma nação não é seu espaço físico, nem o vezo de colar adornos estrangeiros de reconhecida eficácia fora do território nacional, mas a sua história, sua luta secular, de onde necessariamente devem brotar as soluções, frutos que são de longa maturação em solo pátrio. A experiência alheia não nos serve, a não ser como pálida diretriz de análise e de cotejo. Diz um provérbio árabe que o homem torna-se culto pela cultura dos outros, mas só se torna sábio pelas próprias experiências. De fato, a experiência que verdadeiramente conta e nos deixa lições é aquela que vivenciamos no dia-a-dia, é aquela que deixa suas marcas no corpo e no espírito. Só a experiência própria é capaz de tornar sábio o ser humano, assim como somente a experiência coletiva é capaz de fortalecer um povo e suas instituições.

Nós, porém, diz Tocqueville (*A democracia na América*, p. 16), abandonando o estado social de nossos antepassados e indiscriminadamente atirando fora as suas instituições, as suas idéias e os seus costumes que tomamos em seu lugar? À perplexidade de Tocqueville, não há como retorquir.

Embora não dispondo de capital intelectual para o financiamento próprio do pensamento original, não é certo, nem razoável, buscar empréstimos, principalmente a usuários desconhecidos e em moeda sem curso legal no país. Tivemos safras inteiras de autores altamente profícuos que não passaram de meros copiadore e tomadore de empréstimos (inadimplente que nunca revelaram os credore)<sup>46</sup>, como acusa Enrico Ferri, em seu *Princípios de Direito Criminal*.

Pontes de Miranda, em uma de suas primeiras obras (*O problema fundamental do conhecimento*, 1937, p. 40-41) dizia que “é pena que os mais dos que lêem no Brasil e em Portugal continuem tributários de duas línguas e que os descobrimentos, os passos avante na evolução da ciência e da filosofia nos venham de segunda mão. Mais lamentável ainda que dependa de sacrifícios pessoais enormes seguir de perto e à hora o quase caleidoscópico progredir da investigação científica”.

Também Darcy Ribeiro, prefaciando o livro “A América Latina – males de origem”, de Manoel Bonfim, igualmente se ressentia de semelhante mazela, ampliando um pouquinho o seu raio de abrangência, ao dizer:

“A imensa maioria dos autores latino-americanos que busca a compreensão do nosso descompasso histórico é feita de papagaios da sabedoria alheia ou de parlapatões. Uns gastam páginas e páginas para repetir o que pensadore metropolitanos dizem de nós, com o objetivo de justificar o colonialismo europeu. Outros, ao revés, contra-argumentam, inocente, com forças telúricas, raças de bronze e até com meiguice latinas para pe-rorar, ofendidos, sobre supostas superioridade nostre que a história não confirma.

46 Tobias Barreto dizia que “os escritores que não têm idéias próprias são como os que não têm capital e tomam emprestado a um para negociar com outros” (*Estudos Alemães*, p. 112).

(...) Entre nós, a cultura não constrói, como em toda parte, pela superposição de tijolos nas paredes de um edifício que se levanta coletivamente. Aqui, cada pedreiro está olhando para a casa alheia e só deseja contribuir com seu grão de areia exemplificativo ou seu tijolinho de lisonjas ao pensador estrangeiro que mais o embasbaca. As gerações, assim, não se concatenam. Cada qual se atrela, se ancila, aos moinhos de idéias lá de fora<sup>747</sup>.

O brasileiro Achilles Lisboa, tradutor e comentador do excelente livrinho de Santiago Ramón Y Cajal (*Reglas y consejos sobre investigación científica*), apreciador e admirador cego da cultura de importação (européia e americana), após referir o intuito do filósofo francês Gustave Le Bon de cambulhada com o presidente americano Theodore Roosevelt (alinhado por Lisboa como “notável estadista americano”) de criar na França uma universidade americana, com professores exclusivamente americanos (projeto que não foi adiante), apresenta a seguinte proposição para nós: “É uma idéia que talvez nos convenha perfeitamente no Brasil, e fácil de realizar, dadas as estreitas relações de amizade e de interesses comuns entre os dois países americanos<sup>748</sup>. Uma coisa é aproveitar produtivamente a cultura de outros povos, outra totalmente diferente é importar modelos educacionais, comportamentais e padrões morais para implantar em solo nacional. A forja de nosso caráter coletivo deve ser encontrada aqui, dentro de nossa realidade, com todas as dificuldades e incertezas políticas de que somos vítimas. Uma tutela coletiva por uma nação reconhecidamente “certada” não é exatamente o que se quer para o Brasil, e sim, que encontremos nosso próprio caminho. Lamentável, portanto, a proposta do Sr. Achilles Lisboa. E neste tocante, também, não pode passar sem receber sua lasca de crítica a posição de Tobias Barreto, em que pese toda a admiração que me desperta o conjunto de sua obra.

Em ensaio jornalístico publicado em 1872 sob o título *A província e o provincialismo*, o sábio sergipano Tobias Barreto, que desperta ao mesmo tempo amor e ódio por sua demasiada admiração pela cultura

47 Manoel Bonfim. *A América Latina – males de origem*, prefácio, p. 11 e 18.

48 Santiago Ramón Y Cajal. *Reglas y consejos sobre investigación científica*, p. 74.

teutônica, aventou hipótese semelhante. Tobias toma como exemplo o Japão de 1870, indicando que a tendência intelectual daquela longínqua nação superava a do Brasil, por implantar o ensino da língua alemã. Relata ele: “No dia 1.º de janeiro de 1870 foi aberta, na capital daquele Estado, a qual conta um milhão e meio de habitantes, uma escola para ensino da língua alemã, apenas com 4 alunos, e no fim do mesmo ano havia já 400 a 500. No correr de 1871, e como consequência dos grandes feitos da guerra, e do ascendente da Alemanha, espalharam-se pelas províncias muitas outras escolas, e o próprio Imperador se mostrou desde então interessado a tal ponto que por ele e seu governo foram não só instituídas escolas ao modelo alemão e para esta língua, com maior profusão, como, também, foram logo enviados para se educarem no seio da cultura germânica diversos moços japoneses de famílias importantes. E ultimamente o go-verno fundou mais altos institutos científicos e uma academia de medicina, onde exclusivamente se acham sábios e professores desse país, que foram chamados para dirigir o ensino. (...) E então? Podemos rir-nos dos dignos japoneses? Que vos diria a este respeito, o Sr. do ‘Novo Mundo’, que tão dignamente está representando na América a nossa bar- baria literária e a brutal inconsciência do nosso atraso? Houvesse quem aconselhasse ao governo para criar uma academia, somente dirigida por sábios dessa ordem, e ver-se-ia que barulho; se era possível admitir-se um jurista mais profundo do que o Ribas de S. Paulo, ou um médico mais sabido do que o ‘Sodrezinho’! A paz do senhor seja convosco, espíritos idiotas! E quem tivesse, como eu já tive a loucura de concebê-la, a idéia de uma sociedade de ‘propaganda germânica’, havia de regalar-se quando tentasse realizá-la!”<sup>49</sup>. Pena Tobias não poder ver em que se transformou o Japão: numa nação notória por copiar e incapaz de uma idéia original. É certo seu notório desenvolvimento tecnológico, porém sobre pesquisas realizadas por outros (não há negar certo oportunismo comercial). E com essa qualidade preenche a distante nação oriental o anedotário de todo o mundo: se o Brasil adota uma lei estrangeira como sua (o que se denomi- na na boa linguagem de *cópia*) chama-se-lhe de “Japão jurídico”, e pronto, está dado o recado.

49 *Estudos de Direito I*, p. 135-136.

Nem mesmo um grande pensador como Tobias Barreto escapa das inevitáveis contradições. E uma destas contradições é suficiente para responder-lhe quando reclama uma sociedade de propaganda germânica, supervalorizando a cultura desse povo. Refiro-me à adoração crescente de alguns pensadores brasileiros da época pela nação norte-americana (que viria influenciar decisivamente a organização da República brasileira, na Constituição de 1891), em relação a qual faz Tobias a seguinte observação: “Que nos importam, com efeito, a beleza e regularidade do sistema americano? Quer-se-nos fazer crer que devemos copiá-lo, no seu todo? Não, por certo”<sup>50</sup>. O raciocínio tobiático feito aqui, aplica-se, *mutatis mutandis*, lá. Ele mesmo, em seu entusiasmo retórico, se encarrega de vestir a carapuça, tecida por suas próprias mãos, de *espírito idiota*.

É absurdo pretender que professores estrangeiros, reformem e organizem, eduquem e aperfeiçoem um país, uma nação. Organizar uma nação e fazer uma pátria não é algo que se possa comprar e pagar. Não é fruto de um mercenarismo, mas de um instinto coletivo, natural e inestimável, quase diria, de patriotismo, se não fosse o risco de cair no nacionalismo piegas e antipático; não se mercadeja, conquista-se com a devoção de quem identifica-se através dos costumes e das tradições comuns. Não é uma tarefa simplesmente laboral, mas uma campanha, entusiástica e ardente. Quem emigra para cá com o intuito de cumprir um contrato de trabalho, não o faz com a vontade de melhorar e organizar uma nação, mas simplesmente de melhorar a própria sorte.

Neste tocante, percuciente é a crítica de Manoel Bonfim (*A América Latina...*, cit., p. 183) quando diz que os dirigentes nacionais constroem à chinesa: apuram a instrução superior, antes de propagar a primária – fazem doutores para boiar sobre uma onda de analfabetos. E em nota de rodapé, conclui: O Brasil quer ter agora as universidades alemãs; a idéia é pelo menos genial – transportar para o Brasil as universidades germânicas! E por que não transportam o Santo Império, o Dr. Fausto, a Declaração de Lutero e o Anel dos Nibelungos?!... Um pedaço da Idade Média e um pouco de teologia não fariam mal...

---

50 *Estudos de Direito I*, p. 147.

### 3. Vassalagem mental

Os *juristas* e intelectuais brasileiros formados na escola do panurgismo, instruídos no respeito aos mestres europeus, do presente e do passado, convencidos de que a produção jurídica só adquire foros de autoridade se alavancada no que estes mestres produziram ou produzem, como se fossem oráculos da verdade, são incapazes de reelaborar os textos estrangeiros que lêem e se assemelham aos cogumelos que brotam à sombra da árvore, parasitariamente, incapazes de produzir o seu próprio alimento. Obstinam-se nessa inconsciência de cultura parasitária, incapazes de se manterem entre os povos cultos e inventivos.

Evoca-se o pensamento de autores estrangeiros, como se evocam os espíritos, os deuses e os santos protetores, para com a fé assim robustecida legitimar a lição e reproduzir a crença na firmeza prática e teórica do ensinamento. Há uma preferência (mania) clara em decalcar e copiar, do que aperfeiçoar e avançar sobre e a partir dos pensamentos produzidos por nações mais industriosas.

Entre nós, nenhum conhecimento se firma que não seja através da leitura de obras estrangeiras. Isso não se nega. E como a cultura não se faz pela observação dos problemas que nos afligem, e como nenhuma produção cultural se liberta da influência direta dos livros e do pensamento estrangeiro, não existe nenhuma originalidade, porque esta só existe para quem sabe inspirar-se no meio social de onde surgem os problemas (respeitando o caráter, os costumes e as tradições), onde a peculiaridade do problema engendra a originalidade da solução. E se a produção de bens culturais é índice e critério do progresso humano, tenho fundadas razões para um justificado pessimismo em relação à civilização brasileira.

Os produtos criados pelo intelecto: o pensamento, as idéias, os juízos, os enunciados, decorrem de um trabalho humano de investigação e descoberta. Ora, no trabalho, na medida em que transforma ou apreende a natureza externa, o homem desenvolve a sua capacidade criadora fazendo surgir um mundo de objetos nos quais, concretizando seus fins e seus projetos, imprime sua marca e deixa seus vestígios como ser humano. Precisamente, mediante o seu trabalho, o homem transforma a natureza

externa e nela se plasma, ao mesmo tempo em que cria um mundo à sua medida (à medida de sua natureza humana, bem dito).

Efetivamente, no trabalho (em cujo conceito o *produto intelectual* insere-se perfeitamente como uma espécie), ao mesmo tempo em que humaniza a natureza externa, o homem humaniza a si mesmo, ao desenvolver e elevar as suas forças criadoras latentes. O poder de humanização do trabalho torna-o de enorme valia e obriga o homem a trabalhar para ser verdadeiramente homem. Quem não trabalha, vivendo antes às custas do trabalho dos outros, possui uma humanidade que não lhe pertence, que ele pessoalmente não contribuiu para conquistar e enriquecer.

A cópia pura e simples dos produtos intelectuais traz conseqüências indesejáveis tanto para o homem, individualmente considerado, quanto para o povo. Para o primeiro, o efeito que já fiz menção, é a desumanização, em que o indivíduo não vê no produto copiado a sua marca de ser humano indiviso e singular. Seus produtos deixam de ser uma expressão ou objetivação de suas forças criadoras, apresentando-se como objetos estranhos ou hostis, com os quais não pode estabelecer uma relação propriamente humana. É o que se pode chamar de *trabalho alienante e alienado*, cujo fim alcançável é desprezível. Em relação ao povo, à comunidade, o efeito deletério mais saliente, a meu ver, é o fenômeno da *desmemoriação histórica*, com o que é condenado a repetir os erros dos antepassados, motivo de atraso e ruína.

Enfim, só podemos viver daquilo que transformamos com nosso próprio esforço. Não se vive daquilo que é depositado sobre nós como num armazém. O regozijo e a felicidade está em criar, não em repetir monotonamente o que vai dito por todos.

É necessário chamar a atenção para um fato: a originalidade não é um valor em si mesma, como pode parecer à primeira vista, diante do discurso que lhe consagro. Na verdade, nada que se relacione com o homem vale por si mesmo. Não se constitui a originalidade, evidentemente, em mensagem à vaidade de qualquer povo ou de quem quer que seja, assumindo um indesejável caráter patriótico. É, antes, uma exigência na produção cultural que a aproxima das necessidades do meio a que visa colmatar. Não é um simples rótulo, mas um princípio regulador da investi-

gação das mazelas e solução de problemas conjunturais e estruturais de determinada gente. Movido por este verdadeiro princípio, o pensamento se põe a campo em prol de soluções práticas e eficazes, e não somente timbrado com o tom da erudição livresca e panúrgica.

Também não há como sustentar a originalidade da produção cultural brasileira sobre qualquer sentimento irracional de nacionalismo xenófobo. Os instrumentos de cultura devem servir efetivamente aos interesses peculiares de determinada gente, mas não podem ser utilizados como frouxa ideologia de auto-afirmação de uma suposta superioridade, que, se existente, se firmará pela produção em si e seus corolários práticos, jamais por si mesma. O sentimento de superioridade, muitas vezes, leva à simulação do mérito.

O mal, é preciso que se diga, não está na imitação, pois é por imitação e adoção de invenções e inovações que os povos progridem, como nos mostra a história. O erro está na simples e mera imitação servil, sem um *plus*, traduzido numa justa adaptação, em que se dê mais atenção aos princípios que aos detalhes. Alexis de Tocqueville sabia disso quando deixou a França e se dispôs a estudar o sistema político americano resultando no clássico livro *A Democracia na América*. Diz ele no prefácio da referida obra: “Não volvamos o olhar para a América para copiar servilmente as instituições que deu a si mesma, mas para melhor compreender as que nos convêm; menos para procurar exemplos que para buscar ensinamentos; para lhe tomar de empréstimo não os detalhes, mas os princípios das suas leis”.

Efetivamente, não é concebível a evolução de qualquer ramo do conhecimento sem o intercâmbio de idéias (as conferências e os congressos científicos internacionais são emblemáticos neste sentido). Isso é inegável, na medida em que é necessário. Mas as idéias, estrangeiras ou não, devem ser utilizadas para fermentar outras com o signo de nosso meio social, guardando pertinência com nossas peculiaridades, e não para simplesmente colmatar, precariamente, lacunas em nossa frágil disposição para a pesquisa especulativa ou científica.

Não descarto em nenhum momento o pensamento alheio (estrangeiro ou não) como *instrumento de conhecimento*, não o tenho,

entretanto, ao contrário do pesquisador nacional, como *objeto de investigação* ou de *conhecimento*. Como instrumento, o pensamento estrangeiro possibilita a que o investigador pátrio, no domínio de sua ciência, possa chegar a corrigi-lo, senão também enriquecê-lo com novas verdades, obtidas a partir dele, lançando bases para a evolução do conhecimento em todos os ramos. Podemos, humildemente, percorrer uma vereda aberta pelo gênio alheio, mas devemos aproveitar-nos, e seguindo-a, arrancar algum segredo remanescente. Como dizia Ramón Y Cajal, um terreno, ceifado por um sábio, mostra-se fecundo para outro. Um talento descansado, vindo sem preconceito à análise de um assunto, achará sempre um aspecto novo, qualquer coisa de que se não aperceberam aqueles que julgaram definitivamente averiguado aquele estudo.

Entre nós falta um pensamento firme e independente, e não logramos utilizar as fontes sem uma submissão a elas. A mesmice do discurso jurídico-político e a servidão mental ao pensamento estrangeiro dão o tom despótico que rege a produção intelectual brasileira. Nesta fábrica, o único trabalho que se tem é de retirar rótulos e pregar outros com as cores nacionais em frascos teóricos feitos por outros. Temos, então, uma sociedade que é arquivo de instituições e costumes arcaicos com etiquetas modernas; um glossário moderno traduzindo um mundo obsoleto.

Os nossos estudiosos (nas diversas áreas: jurídica, política, sociológica etc.) continuam a merecer o que Santiago Ramón Y Cajal (*Reglas y consejos...*, cit., 1979: XII) censurava entre seus pares espanhóis que nutriam a crença “de que as conquistas científicas não são fruto do trabalho metódico, senão dons do céu, graças generosamente outorgadas pela Providência a uns quantos privilegiados, inevitavelmente pertencentes às nações mais laboriosas, isto é, a França, Inglaterra, Alemanha e Itália”.

A memória, os dotes do espírito, os fogos da imaginação, a profundidade do pensamento são dons que a natureza e o céu repartem ao acaso e não a povos determinados. A civilização oferece, por sua vez, iguais recursos à inteligência deste e daquele. Todos os homens podem encontrar o caminho. A bússola é a vontade.

Essa vassalagem mental não se explica, nem tampouco se justifica em bases racionais, considerando o grau de perfeição que atingiu a ciência social em todos os recantos civilizados e, ainda, que todos os estudiosos, ou uma boa parte, são investigadores especializados, seja no Brasil, na França ou na Alemanha. Mesmo que vagueie uma certa mediocridade (fruto de uma renitente abulia), acredito que ainda resta entre nós uma centelha da esplêndida luz que brilhou e brilha em inteligências privilegiadas e um eco das arrebatadoras paixões que as embalsamam<sup>51</sup>.

O poeta, com sua fina percepção, empresta seus sonoros versos e sua verdade esteticamente modelada, retratando o avanço da mediocridade em ondas espumantes avassaladoras:

*Deusa! A onda vil, que se avoluma  
De um torvo mar,  
Deixa-a crescer; e o lodo e a espuma  
Deixa-a rolar!*

.....  
*Blasfemo, em grita surda e horrendo  
Ímpeto, o bando  
Venha dos Bárbaros crescendo,  
Vociferando...*

.....  
*Deixa-o: que venha e uivando passe.  
– Bando feroz!  
Não se te mude a cor da face  
E o tom da voz!*

.....

51 Não preciso esforçar-me para apontar grandes pensadores nativos que deixaram obras fenomenais e um exemplo de vida produtivo. Tobias Barreto (1839-1889), neste ponto, representa a quinta-essência do pensamento nacional intocado. Confesso que quando descobri Tobias Barreto, passado mais de um século de sua morte, experimentei uma revolução em meu pensamento e diante de seus escritos percebi o quanto o país de hoje parece com o país d'antanho (falo do período de 1870/89 – um dos mais produtivos da carreira do inigualável mestre sergipano).

*Olha-os somente, armada e pronta,  
Radiante e bela:  
E, ao braço o escudo, a raiva afronta  
Dessa procéla!*<sup>52</sup>

Apesar desse pessimismo que por vezes toma conta de todos nós, acredito que, por baixo da espuma que flutua na superfície da produção cultural brasileira, há uma espécie de sadia corrente oceânica, capaz de varrer a espuma à frente e restaurar o pensamento puro de nossa gente e de nosso meio.

Nada justifica esse marasmo entre os nossos, pois as reservas intelectuais existem e os campos investigativos estão por toda parte. Brindamos a todos a Natureza com uma fortuna inesgotável, e não temos motivo para invejar os que nos precederam, nem exclamar, como Alexandre, diante das vitórias de Felipe: “Meu pai nada me vai deixar para conquistar”. Há, na verdade, um *complexo terceiro-mundista* que retira a energia e a audácia necessárias para inovar e deixar patente que não é a região, nem o clima, nem a mistura de raças, a origem portuguesa ou uma imaginária juvenildade do Brasil, os fatores determinantes para o não-desenvolvimento do pensamento crítico e especulativo. Não há nenhuma diferença morfológica entre os indivíduos das diversas nações que explique razoavelmente desníveis intelectuais. O que há, é preciso admitir, é uma adiaforia e abulia do brasileiro em criar e pensar pelo próprio cérebro. Há especialmente em nosso meio, um comodismo perigoso, uma espécie de *ignava ratio*, que requer combate diário, sob pena de toda uma vida, que poderia ser engenhosa, ser desperdiçada por conta disso. Em vista disso, o tônico da vontade deveria ser a primeira fórmula científica a ser buscada pelo nosso estudioso, ou, se tal não der, também por falta de vontade, em tais circunstâncias a cópia se justificaria plenamente! Roubemos não o cérebro dos alemães, mas a sua força de vontade!

52 Olavo Bilac, *Profissão de fé*, em: *Poesias*, p. 07-08.

O complexo terceiro-mundista que referi acima nos leva a vislumbrar uma divisão moral. De um lado, tem-se a moral dos países centrais que impõe comportamentos e formas de pensar, que seria uma moral dominante. De outro lado, temos uma moral servil dos povos periféricos que os faz considerar a si próprios como incapazes; e nestas condições em que vivem, é difícil (não impossível) elaborar uma moral própria como conjunto de princípios e de regras de ação e ainda menos que surjam do seu meio os teóricos que possam fundamentá-la e justificá-la.

Este complexo terceiro-mundista é, antes de mais nada, um manto moral para justificar uma política de dominação cultural. Essa moral dominadora etnocêntrica começa por apresentar como virtudes do dominado o que condiz com os interesses do país opressor: a passividade, a humildade, o fatalismo, a resignação etc. E, por outro lado, apresenta atitudes morais do oprimido (indolência, criminalidade etc.) que servem para justificar a imposição de uma civilização superior (com uma aceitável imitação e um generalizado panurgismo). Em cima do analfabetismo e do atraso de alguns povos se fez e se faz o progresso de outros, assim como sobre a pobreza medra a riqueza.

A história é testemunha disso. Determinados países do ocidente europeu destruíram culturas antigas inteiras (incas, maias, astecas) para sob suas cinzas, colher alguns sacos de ouro e prata. O progresso desses países se deu em cima da miséria e do atraso de países sul-americanos e africanos. E o processo continua até hoje... com alguns retoques aqui e acolá! Diante disso, pode-se dizer sem receio, que o adubo natural da riqueza num meio injusto é a pobreza. Em outras palavras, a felicidade de poucos só é possível sobre a infelicidade de muitos.

Na Grécia Antiga, especificamente na *polis* ateniense, tínhamos a felicidade de um grande número de pessoas (os homens livres) sobre a infelicidade de um número ainda maior (os escravos). O mesmo se pode dizer de uma sociedade colonial de exploração (a exemplo do Brasil) na qual a felicidade de um grande número (a minoria dos colonizadores) se faz sobre a base da infelicidade da imensa maioria (os colonizados). Os exemplos poderiam se estender longamente, mas com o que já foi dito dá para se ter uma idéia do grau de injustiça universal de que são devedores os mais diversos povos centrais.

A pior infelicidade é aquela em que o infeliz de tão alienado e evangelizado por terceiros não consegue perceber a extensão de sua desdita. Em nosso caso, descansamos em *berço* esplêndido, buscando nossa nutrição intelectual em alimentos mastigados por bocas alheias. Falta-nos não a ciência do problema, mas a *vontade* de reverter o quadro.

O estudioso brasileiro (ou intelectual, como preferem – *espíritos curtidos na leitura, meros receptores de cultura*, ou ainda na feliz expressão latina: *doctus cum libro*) não detém força (de vontade) suficiente para sustentar o enxadao do mineiro, do lavrador, e explorar um veio incerto (às vezes, porque o metal jaz a grande profundidade), tampouco é capaz de refinar ou lapidar o mineral arrancado por outros, comportando-se como um ladrão vulgar de jóias lapidadas do pensamento alheio. Como na origem de nossa formação histórica, continuamos a exportar produtos primários (açúcar, tabaco, algodão, café etc.) e importar produtos elaborados (dentre eles, os mentais). Nada mais que isto. O sentido da evolução brasileira ainda se pauta por este modelo primevo, herdado da colonização.

Será que na grande divisão mundial do trabalho humano ocupamos apenas a categoria de importadores e consumidores primários, consumindo passivamente o produto mental elaborado por outros? No mínimo, a questão sugere uma reflexão mais profunda de todos.

#### 4. Explicação razoável para a desprezível produção intelectual brasileira

A mediocridade do investigador brasileiro, é preciso que se diga, não tem por sede uma apriorística incapacidade intelectual decorrente de uma “dureza ou desarranjo no mecanismo intelectual”, de que injustamente falava Tobias Barreto, espécie de aleijão biológico (aceitação implícita da cientificamente insustentável teoria da raça inferior). Jaz ela numa inexplicável falta de vontade em assimilar novos produtos dentro de um esquema de reelaboração. O atraso civilizador do povo brasileiro se deve mais às condições de vida e ao regime econômico-social, do que a qualquer intolerável distinção entre raça superior ou inferior (as teorias

racistas, há muito tempo, não são mais levadas a sério). Boa parte de nossa gente está mais preocupada em *sobreviver*, que mesmo *viver*. Abaixo da linha da miséria, temos um número próximo a 40 milhões de espíritos, o que representa aproximadamente 30% da população. Não somos um povo inferior, mas inferiorizado.

Como tal povo pode ao menos se lembrar que é ignorante e carecedor de ilustração, se a todo momento precisa fazer uso de seus poucos conhecimentos para sobreviver? Para esse imenso contingente de criaturas só existe uma única necessidade de vida: alimento. Efetivamente, somente após termos garantido alimento, abrigo e vestes, estamos preparados para examinar os verdadeiros problemas da vida, com liberdade e perspectiva de êxito.

Em relação à capacidade criadora dos brasileiros tinha Tobias uma opinião pessimista. Dizia ele: “Os brasileiros, não somos pensadores, nem no amplo, nem no estreito sentido da palavra. Não sabemos, sequer, aproveitar largamente os produtos alheios. Falta-nos sobremodo aquele talento, aquela força de assimilação que muitas vezes substitui com vantagem o próprio gênio criador. Verdade é que acertamos, a cada hora, o nosso relógio pela pêndula francesa; mas seja como for, ou *dureza ou desarranjo no mecanismo intelectual*, não há dúvida de que temos um andar mais vagaroso. E pode-se dizer que sempre nos achamos, longos anos, atrasados em relação ao mesmo país, de onde recebemos os mais vivos elementos de nossa cultura exígua”<sup>53</sup>. Para ele, naquela época (1872), a mediocridade era o nível dos brasileiros. Nada era produzido com selo nacional, sendo o estudioso pátrio mero consumidor de idéias alheias. Comparava seus contemporâneos a mendigos, “mendigos do mundo científico” e o país a uma espécie de “Netuno do sistema solar da civilização”<sup>54</sup>. Tirante os exageros tobiáticos, fruto de um estilo retórico candente, não há como negar razão que o avanço civilizatório no Brasil se dá de forma lenta e quase imperceptível. *Falta quem pense*, diria Tobias,

53 *A província e o provincialismo*, em: *Estudos de Direito I*, p. 141.

54 É interessante notar que Tobias refere-se figuradamente a Netuno como o planeta mais afastado do Sol. Não é engano. Na época (séc. XIX), não se sabia da existência de Plutão (descoberto apenas em 1930).

eu por meu lado digo: *falta vontade de pensar!* Digo mais: o problema não está na *dureza do cérebro*, mas na *frouxidão da vontade!*

A afirmação de Tobias de que o atraso intelectual do Brasil se deve a uma provável “dureza ou desarranjo no mecanismo intelectual” do brasileiro encontra nele próprio a negação, espécime acabado de saber e cultura que foi. Nordestino pobre, enfezado, mestiço e nascido numa família sem tradição cultural, Tobias se revelou um verdadeiro gênio, aprendendo latim aos quinze anos e outras poucas línguas, dentre elas o alemão, sozinho, sendo “o seu próprio mestre”, como costumava dizer. Foi brilhante em diversas áreas do conhecimento humano, num período relativamente curto de vida (viveu apenas 50 anos). O diferencial em Tobias foi sua inquebrantável força de vontade. Aos 30 anos de idade, adquiriu uma gramática e um dicionário de alemão, e poucos anos depois, dominava o idioma de Hegel com perfeição e, com ele, toda a literatura filosófica, artística e política da época.

## 5. Conclusão

As qualidades que faltam ao pesquisador nacional para o livrar do terrível epíteto de mero copiador giram em torno da abulia e são: independência mental, curiosidade intelectual e perseverança no estudo. A capacidade intelectual não entra neste rol, porque, como disse antes, pressupõe-se, no atual estágio da ciência, que todos os estudiosos estejam razoavelmente evangelizados nas lides investigativas, detendo relativo entendimento e discernimento.

*Independência mental* – A independência mental guarda relação com a atitude livre e altiva do estudioso, acompanhada de um senso crítico e um espírito de dúvida, diante de qualquer produção cultural, que o tenha precedido e de autoria de grandes pensadores. Deve acercar-se livre de qualquer preconceito ou sentimento de inferioridade pelo que outros produziram em outra época, na falsa consciência de que tenham esgotado o assunto ou dito a última palavra. A postura que reafirma a independência de juízo reflete-se numa atitude cautelosa e perscrutadora. Uma obra

intelectual, por mais engenhosa que seja, não deve despertar em nós um devoto, senão um juiz. De tudo que é dito, principalmente em matéria de ciência social, pode ser redito ou reelaborado, não há verdade eterna que não possa ser desmentida, dentro do universo relativo que se nos depara. Exemplos não faltam: Newton pôs abaixo a astronomia dos antigos; Vesale, Eustachio e Harvey corrigiram a obra anatômica de Galeno; Boyle, Cavendish e Priestly são superados de um só golpe por Lavoisier, com quem nasce a química moderna; e por aí vai...

A admiração pelos grandes mestres e suas obras não pode embotar a consciência crítica do estudioso, levando-o, ao invés de pôr-se a resolver novos problemas, defender os equívocos e erros do mestre tão venerado, que cedo ou tarde tombarão diante de adversários menos condescendentes e agradecidos (é sabido que a glória dos mais famosos se junta sempre um pouco da miopia de seus admiradores). A obra deve ser admirada no que tem de belo e verdadeiro, e não como emblema do gênio de seu criador numa espécie de vassalagem irracional e emotiva. *Amicus Plato, sed magis amica veritas*. O *magister dixit* é o grande inimigo da independência mental dos discípulos (e de nós brasileiros).

*Curiosidade intelectual* – A cultura é fruto da curiosidade, dessa inquietude misteriosa que atrai o olhar para o fundo de todos os abismos. Não pode ser aquela curiosidade vã, madrinha do pedantismo, em que o indivíduo quer saber e busca o conhecimento, apenas para falar, arrotando uma inútil cultura, sem um objetivo concreto e útil, mas apenas para impressionar os ouvintes ou quem sabe adquirir assunto para uma simples conquista amorosa. Atitude própria dos velhacos. A curiosidade não deve bastar-se a si, deve ser uma ponte que possibilite uma ligação entre a aquisição de conhecimentos e o descobrimento da verdade.

*Perseverança no estudo* – Certa vez perguntaram a Buffon como alcançara a glória, ao que de pronto respondeu: – *Passando quarenta anos de minha vida inclinado sobre a minha mesa de escrever*. Assim são as conquistas científicas que não vêm, senão com paciência e tempo, duas árvores de raízes amargas, porém de frutos doces. As conquistas perenes da humanidade se devem mais ao trabalho paciente e severo que ao brilho repentino do gênio, simplesmente.

De fato, todo poder humano é filho da paciência e do tempo. As criaturas poderosas querem – e velam, dizia Balzac. Não há, efetivamente, criação sem gestação. Mesmo as iluminações repentinas são os sinais manifestos dum longo e aturado trabalho inconsciente anterior.

A heureka de Arquimedes é um raro caso de centelha intuitiva, fruto de um pensamento intuitivo, não discursivo. Não é gratuito, entretanto, este pensamento, nem tampouco instantâneo e livre de embaraços anteriores. A intuição também condensa e encerra num entendimento conclusivo, um longo trabalho de incubação que, num determinado momento, chega a uma feliz solução. Se a intuição, diz Giovanni Sartori (*A Política*, p. 25), parece ter qualidades excepcionais é porque denota o instante feliz, privilegiado, em que se resolve a angústia de um longo período de investigação.

O certo é que nada de grande se cria de repente.

## Bibliografia

- BARRETO, Tobias. *Estudos de Direito I*. Ed. Record, 1991.  
*Estudos Alemães*, Ed. Record, 1991.
- BILAC, Olavo. *Poesias*. Ed. Livraria Francisco Alves, 28.<sup>a</sup> ed., 1964.
- BONFIM, Manoel. *A América Latina – males de origem*. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 4.<sup>a</sup> ed., 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *Le Pouvoir symbolique*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, trad. Fernando Tomaz, 2.<sup>a</sup> ed., 1998.
- CARNOY, Martin. *The state & political theory*. 4.<sup>a</sup> ed., Papyrus, 1994.
- DURKHEIM, E. *Sociologia, Pragmatismo e Filosofia*, Ed. Rés.
- FOUGEYROLLAS, Pierre. *La Philosophie en question*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, trad. Roland Corbisier. 2.<sup>a</sup> ed., 1960.
- FROMM, Erich. *Análise do Homem*. Ed. Guanabara Koogan, 13.<sup>a</sup> edição.
- GIORGI, Rafael de. *Direito, Democracia e Risco*. Ed. Sergio Antonio Fabris, 1998.
- LIMA, Oliveira. *O Império Brasileiro*. Ed. Universidade de Brasília, 1986.

- MARCUSE, Herbert. *Razão e Revolução*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 4.<sup>a</sup> ed., 1978.
- MARK, Marx. *Modern ideologies*. New York: St. Martin's Press, 1973.
- MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*. Tomo I, Ed. Coimbra, 4.<sup>a</sup> ed., 1990.
- MIRANDA, Pontes de. *O problema fundamental do conhecimento*. Campinas: Ed. Bookseller, 1999.
- NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*, Ed. Universidade de Brasília, 10.<sup>a</sup> ed., 1981.
- NARDIN, Terry. *Law, Morality and the Relationis of States*. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, trad. Elcio Gomes de Cerqueira, 1987.
- RAMÓN Y CAJAL, Santiago. *Reglas y consejos sobre investigación científica*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, Ed. Universidade de São Paulo, 3.<sup>a</sup> ed., trad. Achilles Lisboa, 1979.
- RODRIGUES, João Gaspar. *O Ministério Público e um novo modelo de Estado*. Ed. Valer, 1999.
- SARTORI, Giovanni. *A Política*. Brasília: Ed. UnB, 2.<sup>a</sup> ed., trad. Sérgio Bath, 1997.
- ROTTERDAM, Erasmo de. *Elogio da Loucura*. Ediouro.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. São Paulo: Edusp/Ed. Itatiaia, 1987.

